



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14288 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

SER UNIVERSITÁRIA DEPOIS DOS 30 ANOS: IMPLICAÇÕES DAS DIVERSAS FACES DO TRABALHO NA VIDA ACADÊMICA DE MULHERES

Naira Estela Roesler Mohr - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SER UNIVERSITÁRIA DEPOIS DOS 30 ANOS: IMPLICAÇÕES DAS DIVERSAS FACES DO TRABALHO NA VIDA ACADÊMICA DE MULHERES

Resumo: O presente artigo é decorrente de pesquisa realizada com graduandas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS em Erechim/RS. Partiu-se de um reconhecimento prévio sobre o aumento da representação feminina em cursos de nível superior, assim como em alguns espaços do trabalho produtivo, muito disso resultante das lutas feministas. Entretanto, apesar dos avanços, diferentes níveis de dificuldades permeiam certos grupos de mulheres, motivando a seguinte questão: Quais as potencialidades, os limites e os desafios enfrentados por acadêmicas mulheres trabalhadoras que ingressaram na universidade após um tempo de interrupção nos seus estudos? Foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualiquantitativa, confrontando os dados coletados com teorias mobilizadas por feministas marxistas. Com base nos resultados, observou-se que a maioria das participantes sinalizou aspectos positivos em seu ingresso na universidade, sobretudo pela oferta de formação que amplia a tomada de consciência frente ao mundo. Por outro lado, as participantes destacaram que mulheres com idade mais avançada enfrentam maiores dificuldades no que diz respeito ao acompanhamento da rotina acadêmica. Observou-se também que, para além do trabalho produtivo, as atividades socialmente consideradas femininas impactam na vida acadêmica, sobrecarregando excessivamente as mulheres das classes populares.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Ensino Superior

Introdução

Este texto trata de reflexões geradas a partir de pesquisa intitulada “Estudante, trabalhadora, mãe, esposa: dificuldades e desafios das graduandas da UFFS – *Campus Erechim/RS*”. Teve recorte geracional e de gênero como critérios iniciais de seleção da amostra, culminando com 27 acadêmicas participantes.

A escolha do tema partiu da constatação de que, no referido *campus*, existe um segmento de estudantes mulheres com idade mais elevada do que a idade usual, sobretudo, nos cursos de licenciatura, que ocorrem no período noturno. Na busca por aprofundar o entendimento e o debate sobre essas mulheres na universidade, surgiu a seguinte questão de pesquisa: – Quais as potencialidades, os limites e os desafios enfrentados por acadêmicas mulheres trabalhadoras que ingressaram na universidade após um tempo de interrupção nos seus estudos? O objetivo geral foi o de analisar as relações entre exigências acadêmicas e outras atribuições ligadas às diversas formas que o trabalho assume na vida das mulheres.

Este artigo prioriza uma parcela dos resultados da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico, pesquisa de campo e cruzamento dos dados coletados com referenciais teóricos mobilizados por feministas marxistas.

A pesquisa de campo foi aplicada em 2022, por meio de questionário com acadêmicas acima de 30 anos, matriculadas nos cursos de graduação da UFFS Erechim e representadas por nomes fictícios. O instrumento foi composto por 15 questões, sendo 12 fechadas e três abertas, em formato digital, cujas respostas foram direcionadas para uma planilha eletrônica produzida no aplicativo *Google Forms*.

Utilizou-se uma abordagem qualiquantitativa na interpretação dos dados, buscando a adoção de categorias do método materialista histórico-dialético de historicidade, contradição e totalidade.

Resultados

Sobre o perfil das acadêmicas, a pesquisa contou com estudantes de diversas faixas etárias como observado abaixo:

TABELA 1 – Faixa Etária

IDADE	Nº Participantes	%
30 a 35 anos	07	25,9
36 a 40 anos	12	44,4
41 a 45 anos	04	14,8
46 a 50 anos	01	3,7
51 a 55 anos	02	7,4
56 a 60 anos	–	–
61 anos ou mais	1	3,7
Total	27	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Como observado acima, o grupo é composto em grande medida por mulheres na faixa etária entre 36 a 40 anos. Das 27 participantes, 22 possuem filhos e 16 confirmaram estar em uma relação conjugal estável.

Para além da ocupação do tempo com a universidade, todas participantes afirmaram que realizavam algum tipo de atividade remunerada regular sendo que: 16 *em trabalho formal 40 horas semanais*; duas *em trabalho formal 20 horas*; cinco *participam de algum tipo de programa de bolsas da universidade*; três *têm trabalho informal*; uma *está aposentada*. Ainda sobre a ocupação do tempo, outras atividades regulares exercidas regularmente foram apresentadas pelas participantes, tendo destaque: *a realização das tarefas domésticas e/ou de cuidado* (alimentação, roupa, casa, filhos, pessoas enfermas); *a participação em atividades voluntárias* (igrejas, ongs, movimentos sociais); *estágios curriculares*; *serviços eventuais* (vendas, faxinas, produção de artesanato). Essas respostas corresponderam com as expectativas iniciais previstas sobre as características desse grupo, ou seja, de mulheres que exercem múltiplas atividades.

Outra questão buscou mensurar o período de afastamento do ensino regular, obtendo-se as seguintes informações:

TABELA 2 – Tempo de Interrupção nos Estudos

TEMPO	Nº Participantes	%
Menos de 5 anos	03	11,1
5 a 10 anos	10	37,0
11 a 15 anos	04	14,8
16 a 20 anos	04	14,8
Mais de 20 anos	06	22,2
TOTAL	27	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O principal fator alegado para a interrupção dos estudos foi a *ausência de ensino superior gratuito em outras épocas* e a segunda razão foi: *porque precisei realizar trabalho remunerado e não consegui conciliar com os estudos*. Entende-se que essas duas razões estão intimamente relacionadas, pois se ligam aos aspectos econômicos e às condições objetivas na vida das pessoas. Considerando as políticas de acesso educacional no Brasil, o Ensino Superior historicamente foi elitizado, destinando pouca possibilidade de acesso e frequência à classe trabalhadora. Outro argumento sinalizado por algumas participantes (10 delas) possui relação com a questão da divisão sexual do trabalho, presente na seguinte resposta: *porque tive que me dedicar às tarefas da casa e cuidado com filhos/as e familiares*.

Chama-se a atenção aqui que se entrecruzam situações de desigualdade de gênero e classe como muitos estudos vêm indicando. O patriarcado impacta a vida de todas as mulheres, porém, dentre alguns grupos, o peso desse impacto é maior. Remete também a uma tentativa de explicar o porquê da incidência maior de mulheres trabalhadoras nos cursos noturnos, cuja frequência é conciliada com muitas outras responsabilidades. Esse elemento é bem explícito na fala de Rosa: *Muitas vezes nos deparamos com situações onde precisamos escolher comer ou estudar. A prioridade (alimentação/sustento) tem muito peso*. Na mesma direção, outra fala enfatiza essa sobrecarga:

Meu trabalho remunerado era intenso e indispensável para o sustento da minha família, pois fui mãe solo. Também meu trabalho exigia muito empenho e ocupava a maior parte do meu tempo. Assim, não dispunha de energia para frequentar as aulas, bem como não dispunha de condições financeiras para pagar uma universidade privada, pois ainda não existia a UFFS. (AMARÍLIS)

Para além das questões de sobrevivência, destacam-se ainda outros motivos: *por*

falta de interesse e motivação pessoal e porque cursar o ensino superior não fazia parte dos hábitos e perspectivas de minha família na época. Muitas vezes, não existe uma proibição explícita por parte da família, porém, indiretamente, a responsabilidade pela criação de filhos acaba sendo atribuída quase que ‘naturalmente’ para a mãe, como sugere a fala de Violeta: *por ter me casado muito cedo e tive a minha primeira filha cedo, isso interrompeu os meus estudos.*

Embora esses fatores aparentem mera ligação aos aspectos de uma cultura machista, estão intrinsecamente ligados à ordem econômica. Segundo estudos sobre o patriarcado, como o de Lerner (2019) e Federici (2017, 2019), a divisão sexual do trabalho já ocorria em modos de produção anteriores, porém, foi no capitalismo que a segmentação das tarefas aperfeiçoou-se, corroborando e intensificando a exploração de determinados grupos de seres humanos.

Na atualidade, cada vez mais o trabalho concreto é subsumido pelo trabalho abstrato, assim como a forma mercadoria passa a ser a principal maneira de acesso aos bens de consumo. Entretanto, esse trabalho concreto nunca deixou de existir, fazendo parte daquilo que se atribui à esfera da reprodução, em geral, ficando na esfera da vida privada e exercido hegemonicamente pelas mulheres. O trabalho realizado no âmbito privado (doméstico) sempre esteve atrelado à ideia de vocação feminina, naturalizado como uma atividade menor, mesmo sendo necessário ao funcionamento social. Como afirma Cisne (2018, p. 224) “o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres”.

Ao mesmo tempo que o trabalho doméstico não saiu da responsabilidade de muitas mulheres, estas tendem a lutar pelas outras formas de trabalho da esfera pública (remunerado), ficando evidente quando perguntado sobre as razões que levaram as participantes ao retorno dos estudos. A perspectiva profissional assumiu bastante importância considerando as respectivas respostas: *melhoria da qualificação* (18 respostas) e *possibilidade de ingresso no mundo profissional* (6 respostas). Ainda sete mulheres assinalaram o item *obtenção do diploma*, que também possui relação com esse contexto.

A relação entre empregabilidade e emancipação feminina esteve e está presente em muitas narrativas, muitas destas consideradas progressistas. No entanto, isto não pode se realizar sem contradições, devido ao caráter classista do atual modo de produção. Em grande medida, o trabalho das mulheres tornou-se crucial para o funcionamento da lógica de acumulação do capital.

Federici (2019), na obra “O Ponto Zero da Revolução”, discute o papel do trabalho doméstico na reprodução do capital, colocando em xeque, inclusive, a sua não remuneração. Outras contribuições são trazidas por estudiosas da sociologia do trabalho, tais como: Saffioti (2013), Kergoat (2021), Hirata (2014) e Souza-Lobo (2021), dentre outras. Para essas autoras, as lutas feministas devem estar articuladas às lutas de classe, ou seja, não se limitando às conquistas particularizadas de direitos, que privilegiam apenas algumas mulheres.

Ainda sobre as razões do retorno à universidade, 18 participantes da pesquisa de campo elencaram *a expansão dos conhecimentos* e outras duas assinalaram a opção: *ocupação do tempo livre*. Esses aspectos podem ser agregados em uma perspectiva de conceber a experiência universitária como fonte de realização pessoal.

De certa forma, essas duas dimensões: profissional e de realização pessoal, podem ser compreendidas como importantes e inerentes ao desejo/necessidade de formação humana.

Por fim, em relação às dificuldades que afetam as estudantes, o principal fator apontado foi a *falta de tempo para acompanhar as diversas atividades extraclasse*. A organização do tempo para a realização de todas as atividades almejadas tem sido um problema típico da contemporaneidade, intensificando-se no contexto de certos grupos, como os das mulheres das classes populares, que, como assinalado anteriormente, desdobram-se em múltiplas tarefas. A segunda dificuldade foi expressa na seguinte afirmação: *dificuldades em garantir total concentração nas atividades acadêmicas, pois necessito cotidianamente estar atenta às questões familiares*, também relacionada às diversas atribuições e responsabilidades que assola a vida das mulheres em todos os espaços sociais.

Foram ainda citados como dificuldades, os processos próprios do ensino, quer seja de *cunho didático/pedagógico no desenvolvimento dos conteúdos* (48,1%), como na *utilização dos recursos e/ou ferramentas tecnológicas disponíveis* (40,7%). Registrou-se ainda duas participantes que apontaram dificuldades em relação a *aquisição de material* e duas alegaram existência de *preconceito em relação a idade*.

Estes últimos dados provocam reflexões em torno da responsabilidade institucional da UFFS, constituída com forte discurso em torno de inclusão, sobretudo, das classes populares. Em que medida o grupo de mulheres, mães e trabalhadoras fazem parte das preocupações na política universitária? Ressalta-se que, para concretizar essas políticas, torna-se necessário o planejamento e realização de ações efetivas que materializem as intencionalidades, podendo, assim, avançar em algumas questões específicas levantadas.

Considerações Finais

O conjunto de ideias aqui discutidas teve como foco contribuir com a análise das relações entre trabalho e educação que permeiam a vida de estudantes universitárias, sobretudo, daquelas que não tiveram oportunidades em épocas anteriores.

Além de reconhecer a universidade como lócus essencial da formação humana, a pesquisa possibilitou colocar em debate questões importantes inerentes ao papel socialmente construído para as mulheres que vivem do trabalho, quiçá na direção de traçar caminhos de superação. A luta feminista pode incidir sobre a autonomia financeira individualizada de algumas mulheres, mas somente a partir de uma intervenção coletiva na superação dos antagonismos estruturais é que se pode avançar na construção de um projeto societário emancipatório.

Referências

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun, 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paul: Cultrix, 2019.

KERGOAT, Daniéle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf> . Acesso em: 12 de Ago de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. 3^a ed. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.